



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



116

HABEAS CORPUS Nº: 0199536-0

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Privativa do
Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Andresa Maria Salustiano
PACIENTE : Veridiano Lima da Silva
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO BIQUALIFICADO POR MOTIVO TORPE E EMPREGO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, § 2º, I E IV). INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DA CUSTÓRIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE.

I. Processo complexo com quatro réus e defensores diversos, necessidade de oitiva de várias testemunhas, expedição de cartas precatórias e recambiamento do Paciente. Eventual retardo na conclusão da instrução criminal justificado.

II. As condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória não são garantidoras, por si sós, do benefício pleiteado, ainda mais quando demonstrada a necessidade da custódia cautelar do Paciente, para fins de garantia da ordem pública.

III. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº **0199536-0**, no qual figura como parte à acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 27 de 01 de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



HABEAS CORPUS Nº: 0199536-0

117

COMARCA : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Andresa Maria Salustiano
PACIENTE : Veridiano Lima da Silva
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATÓRIO:

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado pela Advogada **ANDRESA MARIA SALUSTIANO** em favor de **VERIDIANO LIMA DA SILVA**, conhecido por “**DIDÓ**” apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes (processo nº 222.2002.010247-8).

O Paciente foi preso preventivamente em 2006, acusado de ter praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, I (mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe) e IV (mediante recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido), do Código Penal.

Postula o impetrante a concessão da liberdade provisória do paciente com fundamento nas suas condições pessoais favoráveis ao benefício e no excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal (fls. 02/30).

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 08/32.

O provimento liminar foi indeferido em decisão às fls. 37/38.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



A autoridade coatora prestou informações às fls. 43/51 noticiando o trâmite processual e justificando possível retardo no andamento do feito.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou o parecer de fls. 55/57, opinando pela **denegação** da ordem.

É O RELATÓRIO.

VOTO

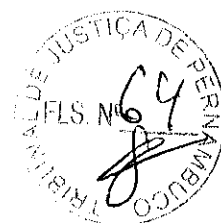
Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado pela Advogada **ANDRESA MARIA SALUSTIANO** em favor de **VERIDIANO LIMA DA SILVA**, conhecido por "**DIIDÔ**", relativamente ao processo nº 222.2002.010247-8, a que responde a paciente na 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I (mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe) e IV (mediante recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido), do Código Penal.

A impetrante sustenta na exordial, em resumo, o seguinte:
a) o direito do paciente à liberdade provisória em razão do mesmo reunir as condições pessoais favoráveis ao benefício e b) o excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal.

Consta da Denúncia que na noite do dia 18.08.2002, em frente nº 135, da Rua Alfredo de Freitas, no Bairro de Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes, o Paciente



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho 119



VERIDIANO LIMA DA SILVA, conhecido por "DIDÓ", juntamente com THIAGO LEANDRO SILVA DO NASCIMENTO, ALESSANDRO VAGNER VIEIRA DE CARVALHO, conhecido por "PREGO", e ADELSON LIMA DA SILVA, conhecido por "BALAIO", assassinaram MARCOS ANTÔNIO PEREIRA, através de disparos de arma de fogo, por motivo torpe (fls. 10/12).

A vítima teria momentos antes do crime, ameaçado de morte as pessoas de THIAGO, PREGO, DIDÓ, DIOGO e BALAIO. Em ato contínuo, foi perseguida por THIAGO, PREGO, DIDÓ e DIOGO, que, por motivo de vingança, ao encontrarem a vítima passaram a atirar contra ela, revezando dois revólveres calibre 38 oxidados, pertencentes aos irmãos DIDÓ e BALAIO, sendo que este último não participou da perseguição, mas emprestou a arma para a realização do crime.

Consta ainda que o co-denunciado THIAGO LEANDRO SILVA DO NASCIMENTO teria confessado o crime.

Pois bem:

A Juíza Processante justifica o retardo na conclusão do Sumário ante a ocorrência de vários episódios: a) as citações do Paciente **VERIDIANO LIMA DA SILVA** e do outro acusado ADELSON LIMA DA SILVA, que primeiramente foram pessoais e depois via edital, sendo que diante da constatação de que os mesmos se evadiram do distrito da culpa, foram decretadas as suas prisões preventivas e a suspensão do processo; b) a necessidade de remarcação de audiência de instrução ante a falta de comparecimento de testemunhas de acusação, c) a interdição do Fórum de Jaboatão pela Presidência do TJPE para reformas de urgência;



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho

120



paralisação dos presos; e) processo de recambiamento do Paciente de São Paulo para Pernambuco (fls. 43/51).

Examino:

No tocante ao alegado constrangimento ilegal em decorrência do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, verifiquei, mediante consulta ao Sistema de Acompanhamento deste Tribunal de Justiça, que anexo, ao presente voto, em 05 (cinco) laudas, que na data de 15.10.2009 foi realizada Audiência de Instrução e Julgamento, tendo sido determinado vários atos pela autoridade judicial, inclusive, prazo para a manifestação da defesa de um dos corréus. Também foi determinada a expedição de ofício à SERES e ao Juízo das Execuções Penais a fim de informarem se o Paciente já se encontra em Pernambuco.

A Magistrada tem sido diligente, sendo que eventual atraso processual não é resultado da desídia do Judiciário ou do Ministério Público. Trata-se de processo complexo, com quatro réus, pluralidade de testemunhas e de defensores, necessidade de expedição de cartas precatórias, recambiamento do Paciente, inclusive, com recusa deste em ser ouvido em São Paulo, onde foi detido, justificando, assim, uma maior dilação do prazo, dentro dos parâmetros da razoabilidade.

Assim, sendo o atraso para a conclusão do Sumário da culpa justificado, não há que se falar em constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo. Nesse sentido se manifesta a Jurisprudência:

"Não basta a simples ultrapassagem dos prazos legais para assegurar ao réu o direito à liberdade.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



121

Para tanto, a simples demora na instrução hã de ser injustificada. Se o atraso é justificado, não se pode falar em constrangimento ilegal. Ordem denegada". (JTAERGS 95/51).

Por fim, é pacífico na doutrina e jurisprudência que a primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e a profissão definida não são garantidores, isoladamente, da liberdade provisória, ainda mais quando presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP. *In casu*, o Paciente se evadiu do distrito da culpa, justificando a sua segregação para garantia da ordem pública.

Isso posto, e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator